

O CURRÍCULO DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE NA PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL

Autor (1): Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira
UEPB / serafim_livia@hotmail.com

Co-autor (1): Josias Silvano de Barros
UEPB / barrosjosias@yahoo.com.br

Co-autor (2): Luciana Silva do Nascimento
UEPB / luc.nas.ci@hotmail.com

RESUMO: Diante de um cenário educacional diverso, complexo e de relações culturais híbridas, torna-se oportuna a discussão em torno do currículo multiculturais, pensado a partir das questões étnico-raciais. Neste sentido, indagamos como podemos perceber a construção curricular nos cursos de licenciaturas das universidades públicas de Campina Grande sobre a perspectiva étnico-racial? A partir da questão norteadora, apresentamos o seguinte objetivo, analisar como a temática étnico-racial é trabalhada na formação inicial docente, no contexto dos cursos de licenciaturas da área de ciências humanas, das universidades públicas de Campina Grande/PB. A abordagem metodológica proposta neste artigo, configura-se em andamento e apresenta-se como qualitativa, com características em parte exploratória, bibliográfica, documental e no decorrer do processo será do tipo participante. Utilizaremos para esta proposta de artigo os seguintes estudos teóricos: Gatti (2013), Candau e Sacavino (2015), para discutirmos o currículo na formação inicial docente, Müller e Coelho (2013), Canen (2001) e Munanga (2013), para discutir as perspectivas étnico-raciais na educação e outros. Neste sentido, compreendemos a formação inicial docente como imprescindível, para o desenvolvimento de reflexões em torno das construções político-pedagógica em relação aos aspectos teórico/prático que abordam as questões educacionais na perspectiva étnico-raciais, vislumbrando à ressignificação da formação indenitária brasileira e o enfrentamento do quadro de desigualdades histórica que coloca a população negra em condições de desvantagem estrutural no campo do acesso a direitos fundamentais.

PALAVRAS – CHAVE: Currículo, Formação Inicial Docente, Questões Étnico-Raciais.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a educação e, em decorrência, com a formação docente aparece como uma questão importante na sociedade, em razão das demandas e das pressões de variados grupos sociais, considerando as novas estruturas do mundo contemporâneo. Conforme aponta Gatti, *et al.* (2011), nas sociedades contemporâneas, o indivíduo é considerado um elemento essencial para a organização sociopolítica e a realização dessa condição fundamenta-se na ideia dos direitos humanos.

Ante ao cenário social complexo, de múltiplas culturas e de relações culturais híbridas, apontamos para uma reflexão mais aberta, em que os diferentes grupos culturais tenham voz. Sendo



assim, Costa, *et al.* (*apud* Hall, 2003, p. 40), dizem que os “Estudos Culturais se constituíram como um projeto político de oposição, e suas movimentações sempre foram acompanhadas de transtornos, discussão, ansiedades instáveis e um silêncio inquietante”.

A partir das proposituras discutidas por Costa, *et al.* (2003), justificamos esta pesquisa sobre a formação docente no ensino superior, a partir das questões étnico-raciais, pois consideramos as experiências e o saber desenvolvido pelos docentes em seu cotidiano, uma forma de incorporar as iniciativas de ruptura contra as desigualdades sociais e culturais, segundo Canen (2001, p. 224) é “um caminho possível e instigante para uma formação docente que vislumbre a transformação da escola em um espaço de cidadania para alunos de todas as raças, gêneros, classes sociais e padrões culturais”.

Além de pontuar aspectos importantes sobre trabalho docente, identidade, dimensão política e reconhecimento social verificamos que estudos realizados sobre formação inicial docente não têm fixado na questão da relação entre teoria e prática, na perspectiva étnico-racial, como sendo uma necessidade política educacional no vislumbre da educação básica, por não se encontrar refletida nos currículos praticados pelas instituições formadoras.

Gatti (2013) ressalta, sobre a importância de formar os profissionais em educação básica com base filosófica e social da educação, para repensar as estruturas e dinâmicas formativas, pois mesmo com as novas iniciativas em políticas para a formação docente, continuam os problemas relativos a questão de currículo e das formas institucionais quanto a formação inicial de professores, segundo a autora, ainda é clara a fragmentação formativa, a generalidade dos conteúdos curriculares, o encurtamento é considerável nas práticas.

A partir do exposto por Gatti (2013), indagamos como podemos perceber a construção curricular nos cursos de licenciaturas das universidades públicas de Campina Grande sobre a perspectiva étnico-racial?

Diante deste seguinte questionamento, apresentamos o seguinte objetivo, analisar como a temática étnico-racial é trabalhada na formação inicial docente, no contexto dos cursos de licenciaturas da área de ciências humanas, das universidades públicas de Campina Grande/PB. Como objetivos específicos: Examinar as propostas curriculares dos cursos de licenciatura em ciências humanas, das universidades públicas de Campina Grande, a fim de constatar se estão em conformidade com as políticas de formação docente sobre as questões étnico-raciais, previstas na Lei nº 10.639/03 e 11.645/08; Verificar como a temática étnico-racial é abordada pelos docentes e percebida pelos discentes, dos cursos de licenciaturas da área de ciências humanas; Discutir sobre



as questões étnico-raciais articuladas ao campo das políticas de formação docente e das ações afirmativas educacionais, em conformidade com as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, no contexto da formação docente, no ensino superior; Desenvolver alternativas pedagógicas, na formação inicial docente, a partir da perspectiva dos estudos culturais da educação sobre a questão étnico-racial, no intuito de colaborar e potencializar a relação teoria e prática do professor na educação básica.

A abordagem metodológica da pesquisa proposta neste artigo, configura-se em andamento e apresenta-se como qualitativa, com características em parte exploratória, bibliográfica, documental e no decorrer do processo será do tipo participante.

Utilizaremos para esta proposta de artigo os seguintes estudos teóricos: Gatti (2013), Candau e Sacavino (2015), para discutirmos o currículo na formação inicial docente, Müller e Coelho (2013), Canen (2001) e Munanga (2013), para discutir as perspectivas étnico-raciais na educação e outros.

Neste sentido, compreendemos a formação inicial docente como imprescindível, para o desenvolvimento de reflexões em torno das construções político-pedagógica em relação aos aspectos teórico/prático que abordam as questões educacionais na perspectiva étnico-raciais, vislumbrando à ressignificação da formação indenitária brasileira e o enfrentamento do quadro de desigualdades histórica que coloca a população negra em condições de desvantagem estrutural no campo do acesso a direitos fundamentais, que são refletidos nos diversos indicadores sociais e educacionais.

Conforme Müller e Coelho (2013), destacam a importância da competência teórico-pedagógica docente para sua inclusão curricular e o desenvolvimento de práticas que permitam uma desconstrução dos estereótipos que subjazem a estes estudos, resgatando as omissões e recuperando o papel da população negra na História do Brasil e da África na História da humanidade, pois todas essas abordagens implicam um grande esforço pessoal não só do docente, mas também de toda unidade escolar, além da implementação de políticas públicas que venham a garantir a legitimidade desses novos conhecimentos e práticas, e a formação continuada dos educadores e seus formadores.

Portanto, entendemos que os cursos de licenciatura, necessitam evidenciar discussões que envolvam os problemas sociais e culturais, presente na contemporaneidade, ao ponto de fortalecer pesquisas e extensões universitárias no intuito de minimizar o distanciamento entre as minorias.

METODOLOGIA



No contexto contemporâneo, os estudos educacionais estão cada vez mais submetidos as novas exigências de ordem científica e profissional, como também, cultural, social e político. No entanto, essas exigências criam pressões no campo da educação que nem sempre são entendidas e analisadas. Segundo Gatti (2012), quando utilizamos a expressão “pesquisa em educação” estamos sinalizando uma posição integradora convergente de várias áreas, porém com um ponto de partida, os processos educativos.

Neste sentido, esta pesquisa em educação, ainda em andamento, no ensino superior, no contexto da formação docente, voltado para as questões étnico-raciais, configura-se como qualitativa, com características em parte exploratória, bibliográfica, documental e no decorrer do processo será do tipo participante.

Oliveira (2007), caracteriza a pesquisa qualitativa como sendo uma tentativa de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamentos.

Fazem parte também, desta pesquisa, o estudo bibliográfico e documental que para Severino (2007) configuram-se como aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e outros. No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. (SEVERINO, 2007)

Diante do exposto por Oliveira (2007) e Severino (2007), sobre os tipos de pesquisa. Compreendemos que no decorrer do processo a pesquisa será do tipo participante, pois o “pesquisador realiza observações dos fenômenos, compartilha as vivências dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades”. (SEVERINO, 2007. p. 120)

O campo desta pesquisa situa-se, nas universidades públicas, da cidade de Campina Grande, na Paraíba, nos cursos de licenciatura plena em pedagogia destas instituições. Os sujeitos serão, alunos/as de graduação em pedagogia, que irão para contexto da sala-de-aula.

Nas pesquisas de abordagem qualitativa conforme discute Oliveira (2007), dentre os mais importantes instrumentos ou técnicas de pesquisa que ajudam a desvelar os fenômenos e os fatos, destacam-se, observações, histórias de vida, questionários e entrevistas semiestruturada, a qual facilitam a comunicação quanto à obtenção de dados qualitativos. Nesta perspectiva, os



instrumentos e técnicas que pretendemos utilizar nesta pesquisa serão: a técnica de observação participante, documentos oficiais, questionários, diário de campo e outros.

Severino (2007), destaca a importância dos instrumentos e técnicas para a pesquisa discute que a ciência, como modalidade de conhecimento, só se processa como resultado de articulação de lógico com o real, do teórico com o empírico, não se reduzindo a um mero levantamento e exposição de fatos ou a uma coleção de dados, já que estes precisam ser articulados mediante a uma leitura teórica que pode caracterizar como científico os dados empíricos.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Na sociedade brasileira, as relações raciais foram marcadas por múltiplas desigualdades entre os grupos étnicos formadores, e mesmo atualmente, existindo o reconhecimento legal e político por parte do Estado brasileiro sobre a necessidade de ações afirmativas que valorizem e minimizem as disparidades étnico-raciais no país, ainda existem entraves a serem resolvidos em relação ao racismo presente nas diversas relações socioculturais.

Neste sentido, os educadores têm um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois conforme discute Candau (2011), a dimensão cultural é intrínseca aos processos pedagógicos presente no cotidiano do professor e esta dimensão potencializa a aprendizagem, na medida em que reconhece e valoriza que a cada um dos sujeitos nele implicados, combate todas as formas de silenciamento, inviabilização e/ou interiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção das identidades culturais e do direitos sociais e culturais de cada sujeito e sua identificação étnica, assim como a valorização do outro, do diferente com base num diálogo intercultural.

Então a partir desta propositura levantada por Candau (2011), cabe levantarmos as seguintes questões norteadoras: De que modo no ensino superior a questão étnico-racial é discutida nos cursos de formação de professores? Como a temática étnico-racial a ser trabalhada no contexto do ensino superior, colabora na formação teórica e prática educacional dos professores em formação? Que alternativas pedagógicas, são desenvolvidas no contexto da formação inicial docente, a partir da abordagem étnico-racial, no intuito de colaborar e potencializar a relação teoria e prática do professor na educação básica?

Diante destas questões norteadoras, nossa pesquisa está ancorada na abordagem dos Estudos Culturais da Educação, pois compreendemos as relações sociais e as práticas culturais presentes nas contexturas socioculturais e educacionais. Nesta perspectiva, o nosso objeto de estudo



se delinea, uma vez que, pretendemos desenvolver a pesquisa entorno dos debates e entraves presentes no contexto da formação docente, no ensino superior, a partir das questões étnico-raciais.

Diante do exposto, apropriaremos de Gentili (2013), para discutir o racismo como mecanismos de reprodução e exclusão que se configura como um entrave na possibilidade de ascensão social da população negra, segundo o autor, o racismo opera como “importante fator de inércia social, naturalizando a existência de desigualdade em qualquer de suas dimensões, reforçando a reprodução da pobreza e da miséria, mesmo em um ambiente de crescimento econômico”. (GENTILI, 2013, p. 80).

Jaccoud (2008), apresenta um breve contexto, sobre a questão racial no Brasil. A autora apresenta em primeiro momento, a chamada teoria do branqueamento, que reorganiza as hierarquias sociais no Brasil. Nos momentos posteriores, discute o desenvolvimento do mito da democracia racial e a reprodução da desigualdade, a partir dos entraves de mobilidade social dos grupos mais pobres, como nos mecanismos sutis de discriminação, em que se categorizava negros e brancos, influenciando na mobilidade, restringindo o lugar social dos negros e operando como mecanismo de inclusão e exclusão.

A partir do breve contexto exposto por Jaccoud (2008), sobre as desigualdades raciais brasileira, desenvolve a necessidade de intervenção pública no combate à discriminação e ao racismo. Conforme ainda a autora, surge então a primeira geração de iniciativas de enfrentamento da questão racial, no período em que o Brasil vivenciava o processo de redemocratização, neste contexto ocorreu a reorganização do Movimento Negro, trazendo para o debate público o tema da discriminação racial, iniciando às primeiras respostas do poder público.

A segunda geração de iniciativa se consolida, por intensificar o combate à discriminação e ao racismo por meio da criminalização, por meio da Constituição Federal de 1988, que acolheu as demandas do Movimento Negro, classificou o racismo, até então enquadrado como contravenção pelo judiciário brasileiro, como crime inafiançável e imprescritível. (JACCOUD, 2008)

A terceira geração de políticas, surge em meados dos anos de 1990, que teve como objetivo o combate a discriminação racial por meio de políticas públicas. Neste momento, teve início o debate sobre ações afirmativas e sobre racismo institucional. Nesta mesma geração, entre 2001 e 2002 alguns ministérios criam programas de ações afirmativas, visando beneficiar a população negra como público alvo de suas ações.

Müller e Coelho (2013), discutem que as ações legais devem ser vistas como uma política pública, em sua definição original, e não uma ação provisória do governo, segundo os autores, a Lei





nº 12.288/10, art. 1º, inciso V, define políticas públicas como as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais. Adiante, no art. 4º, determina que a participação da população negra será promovida, prioritariamente, por meio de: inciso II. adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa.

Concordamos com Munanga (2013), quando diz que a educação convida para um olhar crítico sobre as questões relacionadas com a construção de nossas identidades individuais e coletivas, pois habitualmente dispensada aos nossos jovens em geral numa visão eurocêntrica que, além de ser monocultural, não respeita nossa diversidade de gêneros, sexos, religiões, classes sociais, raças e etnias.

O cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 em que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal, bem como, na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegura-se o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Assim, uma possibilidade de efetivação das políticas afirmativas na educação para a diversidade étnico-racial, torna-se necessário mais que reflexões sobre as diferenças, é imprescindível um aprofundamento sobre as pluralidades dos grupos étnico-raciais e implementar políticas públicas efetivas, alterar relações de poder e questionar a visão hegemônica, pois “é preciso criar novos espaços e eleger outros atores sociais para um conhecimento educacional diferenciado” (BOTELHO, 2011, p. 4).

Candau e Sacavino (2015) nos fazem um questionamento pertinente. Entre saberes e culturas: o que ensinar? A partir desta pergunta desafiadora, nos remetem a uma reflexão sobre a formação da identidade docente e aquisição do domínio de um conhecimento específico e científico, do qual os professores são considerados especialistas, especialmente aqueles voltados para o ensino fundamental, adquirido na formação inicial universitária, que nos deixa confiantes do nosso saber para assim desenvolver com tranquilidade e competência nossa atividade docente diária.

Giroux e McLaren (2013) colocam que muitos dos problemas atualmente associados à formação de professores, estão voltados a falta de ênfase, no currículo dessa formação, na análise da questão do poder e de sua distribuição hierárquica. Conforme apontam os autores, um currículo para formação de professores, para ser uma forma de política cultural, enfatiza-se a importância de tornar

o social, o cultural, o político e o econômico os principais aspectos de análise e avaliação da escolarização contemporânea.

CONCLUSÕES

Neste sentido, a formação inicial de professores, no contexto do ensino superior, torna-se fundamental ser refletida e analisada visando a construção de uma proposta educacional, que possa permitir aos futuros docentes uma linguagem criticamente afirmativa, que entende e percebe o âmbito de um cenário marcado pela inter/multiculturalidade e pela diversidade cultural como uma forma cultural que serve para organizar, legitimar modos específicos de nomear, organizar e experienciar a realidade social presente no cotidiano da educação básica.

Portanto, compreender como as políticas governamentais em relação a formação docente numa perspectiva étnico-racial pode iluminar aspectos da relação entre legisladores, gestores dessas políticas e as novas configurações de grupos sociais que reivindicam equidade, reconhecimento e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, D. Políticas Afirmativas: empoderamento de jovens e mulheres negras na contemporaneidade brasileira. In: **XXV Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação e II Congresso Ibero-Americano de Políticas e Administração da Educação**, n. 11, 2011. São Paulo. **Anais do Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação**. São Paulo: PUCSP/FACED/PPGE, 2011. Disponível em: www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0130.pdf Acesso em: 27 jul. 2015.

CANAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**. v. 11. n. 2, p. 240 – 255. Jul/Dez. 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf> Acesso em: 11 set. 2015.

CANAU, V. M.; SACAIVINO, S. B. **Educação: temas em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

CANEN, A. Universos culturais e representações docente: subsídios para formação de professores para a diversidade cultural. **Educação & Sociedade**. São Paulo, ano XXII, n. 77, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-733020010004000100&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 16 abr. 2015.

COSTA, M. V. et al. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, ed. especial, n. 23, maio./jun./jul./ago. 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_1413-2478/lng_pt/nrm_iso Acesso em: 16 abr. 2015.

GATTI, B. A. et al. **Políticas Docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

_____, B. A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAAE, v. 28, n.1, p. 13 – 34, jan/abr. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066/23315> Acesso em: 11 set. 2015

_____, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a05.pdf> Acesso em: 13 jul. 2015.

GENTILI, P. (Org.). **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GIROUX, H. A.; MCLAREN, P. Formação do professor como uma contraesfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. ed.12. São Paulo: Cortez, 2013.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. A Lei nº 10.639/03 e a formação de professores: trajetória e perspectivas. In: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. (Orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

MUNANGA, K. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. (Orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.